



GRUPOS SOCIAIS MARGINALIZADOS NA CIDADE DE MANAUS – AM

Brenda Sarah Cardoso de Castro
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, Brasil
brendasarahcardoso@gmail.com

Ana Beatriz Castro de Jesus
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, Brasil
castrob491@gmail.com

RESUMO – O presente trabalho aborda as interpretações de grupos sociais marginalizados da cidade de Manaus a partir de análises conceituais de segregação socioespacial, sob a ótica de autores como Roberto Lobato Corrêa, que discorre sobre a realidade de áreas urbanas brasileiras. Nesse sentido, busca-se discutir o avanço de segmentos marginalizados na cidade de Manaus, além de apresentar os diferentes topônimos referindo-se aos assentamentos irregulares existentes no Brasil, enfatizando as toponímias locais. No âmbito metodológico, realizou-se um levantamento bibliográfico pautado nos principais conceitos, assim como a produção cartográfica para identificação dos aglomerados subnormais e, por fim, uma atividade de campo para fins de observar as dinâmicas de um assentamento localizado na Zona Norte da cidade de Manaus. A partir disso, foi possível identificar características sociais locais, evidenciando uma tendência de crescimento intensivo na porção Norte da cidade.

Palavras-chave: Segregação socioespacial; Segmentos marginalizados; Topônimos; Manaus.

INTERPRETATIONS OF MARGINALIZED SOCIAL GROUPS IN THE CITY OF MANAUS - AM

ABSTRACT – This paper addresses the interpretations of marginalized social groups in the city of Manaus based on conceptual analyses of socio-spatial segregation, from the perspective of authors such as Roberto Lobato Corrêa, who discusses the reality of Brazilian urban areas. In this sense, it seeks to discuss the advance of marginalized segments in the city of Manaus, as well as presenting the different toponyms referring to irregular settlements in Brazil, emphasizing local toponyms. Methodologically, a bibliographic survey was carried out based on the main concepts, as well as cartographic production to identify subnormal settlements and, finally, a field activity to observe the dynamics of a settlement located in the North Zone of the city of Manaus. From this, it was possible to identify local social characteristics, showing a trend towards intensive growth in the northern part of the city.

Keywords: Socio-spatial segregation; Marginalized segments; Toponyms; Manaus.

INTRODUÇÃO

No Brasil as inúmeras mudanças socioespaciais se intensificaram frente ao processo de urbanização tardio que se solidificou nos anos 70, influenciando na construção do espaço urbano brasileiro que, ao longo dos anos, vem recebendo novas toponímias dependendo das características sociais estabelecidas de cada localidade.

EDIÇÃO ESPECIAL:

Dossiê Amazônia, mudanças e realidades contemporâneas



PÁGINA 205

Nesse período, a alta procura da população pela área urbana nos anos que sucederam a chegada de polos industriais, vetorizado pela busca por empregos e melhor qualidade de vida, o que ocasionou o êxodo rural, desencadeou também o crescimento acelerado nas grandes cidades, evidenciando a falta de planejamento estatal frente às demandas socioespaciais da população. Ou seja, as dinâmicas econômicas internas do país ocasionaram transformações nas cidades brasileiras, marcadas pelo aumento demográfico que não teve acompanhamento de políticas públicas capazes de propiciar o exercício pleno da cidadania.

Nesse contexto, para analisar a cidade de Manaus, partimos da análise de Corrêa (2002) que entende o espaço urbano a partir da concepção de um espaço fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campos de lutas. Nesse sentido, deve-se levar em consideração a complexibilidade das dinâmicas onde variados grupos sociais coexistem e concebem suas respectivas identidades. É neste apontamento que se deve salientar que as construções, interações e articulações, em sua maioria, não são equitativas, ou seja, alguns grupos sociais enfrentam a frequente marginalização e exclusão. A cidade de Manaus também esteve submetida a esse ritmo acelerado de urbanização que, manifesta-se de acordo com o (em outrora) foi denominado de “mundo subdesenvolvido” (SANTOS, 2004), apresentando conteúdos de precariedade, especialmente a partir do seu último surto de crescimento entre as décadas de 1970 e 1980 (BECKER, 2013).

Neste ensaio, pretende-se fazer uma análise da cidade de Manaus e suas contraditórias espacialidades, principalmente no que se refere aos grupos marginalizados, haja vista que essa análise possibilita um melhor entendimento no que tange tanto as relações sociais quanto espaciais nas cidades contemporâneas. Para fins de explorar esta relação, o arcabouço teórico volta-se para compreender como a geografia urbana contribui para as dinâmicas, seja de exclusão ou inclusão. Nesse contexto, destacam-se fatores como: o acesso à recursos, a distribuição dos serviços públicos, a apropriação do espaço urbano e, por fim, a segregação.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho parte de levantamento bibliográfico acerca dos grupos marginalizados na cidade de Manaus, considerando os pressupostos da geografia urbana. Para isso, destacou-se a conceituação de Corrêa (1989, 1995, 2002, 2013) sobre dinâmica socioespacial vinculada à marginalização de grupos sociais, dialogando com autores que discutem sobre as particularidades do urbanismo precário e da segregação socioespacial em Manaus, tais como de José Aldemir Oliveira (2003), Lima (2005), Melo (2020), entre outros.

Foi realizada uma atividade de campo em janeiro de 2024 na Comunidade Deus Proverá, onde foi possível observar características socioeconômicas, assim como realizar entrevistas abertas com alguns moradores a fim de contribuir com a veracidade da pesquisa. O material cartográfico foi elaborado no software livre Qgis 3.34.1.

Para fins de organização desta discussão, optou-se por estruturar o texto em três partes: i) a primeira versa sobre a segregação socioespacial presente nas áreas urbanas tendo em foco as realidades brasileiras; ii) a segunda com enfoque na discussão sobre a segregação socioespacial no contexto da cidade de Manaus; e, por fim, iii) uma abordagem sobre a presença dos segmentos marginalizados em Manaus, discutindo sobre as mudanças nos topônimos no âmbito geral.

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E AS ÁREAS URBANAS

O geógrafo Roberto Lobato Corrêa discute sobre a segregação socioespacial em várias de suas obras, sobretudo no livro intitulado “Espaço Urbano”. Neste livro, ele traz um pequeno



levantamento histórico de quais autores já utilizaram deste conceito e onde baseiam as suas considerações. A gênese deste conceito está relacionada à Escola de Chicago, em um primeiro momento com Robert Park e, posteriormente, com Mckenzie (Corrêa, 2002).

Mckenzie expressa a segregação espacial como a concentração de diferentes tipos de população em uma área específica. Vale ressaltar que, neste primeiro momento, a questão espacial da segregação estaria ligada a uma área entendida como uma “área natural” fundamentada nos estudos de Zorbaugh, de pensamento naturalista, que defendia a reprodução do que acontece no mundo vegetal para os estudos das cidades.

A partir desta noção de “áreas naturais”, origina-se posteriormente outro conceito, ainda baseado na corrente naturalista, mas com menos influência, denominando-se de “áreas sociais” e que vai estar sendo analisada pela ótica de autores como Shevky e Bell.

As áreas sociais, a partir das observações de Shevky e Bell, são entendidas como:

Áreas marcadas pela tendência à uniformidade da população em termos de três conjuntos de características: status socioeconômico (renda, status ocupacional, instrução, etc.), urbanização (mulheres na força de trabalho, fase do ciclo de vida, isto é, solteiros, casais jovens com filhos pequenos, etc.) e etnia. A uniformidade de tais características origina áreas sociais, isto é, bairros homogêneos, segregados, como, por exemplo, bairros operários em modestas residências unifamiliares, de empregados do setor terciário residindo em edifícios de apartamentos, de diretores de empresa em suas residências suntuosas, etc. (CORRÊA, 2002, p. 60).

Sobre a concepção acima, é possível pontuar algumas críticas. A primeira delas diz respeito ao conteúdo excessivamente simplificador da realidade em vista de como a dinâmica socioespacial de áreas urbanas se relaciona à totalidade social. A segunda questão é que a proposta dos autores mencionados não leva em conta possíveis sobreposições, o que pode também ser resumido pela ideia de interseccionalidade. Um terceiro ponto é que a condição de “uniformidade” inadvertidamente pode condicionar a perpetuação da segregação socioespacial em determinados fragmentos das cidades. E, por fim, o quarto principal elemento de crítica é que a tese dos autores olvida a conexão do espaço como reflexo das instâncias econômica, jurídico-política e ideológica; e passando ao largo do aspecto do espaço, ele próprio, como uma instância equiparável a demais (SANTOS, 1978); que se expressa pela ação dos grupos sociais no espaço e, dialeticamente, como este a condiciona.

Por seu turno, Corrêa (2002) discorre que a segregação está relacionada à concentração de um tipo de população em uma área do território. Nesse contexto, a segregação estaria também associada ao que Castells (2000) determina como áreas de “[...]forte homogeneidade social interna e de forte disparidade entre elas [...]”. É importante ressaltar que a segregação é uma das características das cidades que tem se apresentado com maior intensidade a partir do século XX, sendo, portanto, uma expressão da divisão das classes sociais.

Ora, se a segregação está associada às classes sociais, precisamos compreender como elas são estruturadas no espaço, para isso, tomaremos como base a ideia já expressa por Harvey (1975). Para este autor, o entendimento da segregação está na organização das classes sociais, uma vez que ele expressa não saber se os indivíduos são semelhantes porque residem próximos ou se residem próximos porque são semelhantes.

Nesse contexto, ainda levando em consideração as contribuições de Harvey, temos a estruturação das classes sociais oriundas de três forças, seriam elas: i) primárias: essa divide a sociedade em duas classes – a daqueles que detém os meios de produção e aqueles que dispõem da força de trabalho para vendê-la; ii) residuais: referem-se às classes sociais derivadas de



condições materiais de caráter herdado; e, por fim, iii) derivativas: essa seria resultado do capitalismo, envolve a acumulação e reprodução de uma sociedade diferente.

Nos estudos de Corrêa (2013), o autor expõe, a partir das contribuições de Marx, Poulantzas e Giddens que, em decorrência [das três forças] destes processos, surge uma classe média, dada normalmente numa maior aproximação material com infraestrutura proletária, mas se expressando via uma superestrutura capitalista, além disso, caracterizada pela rigidez. Esse grupo social coopera com o Estado e com as grandes corporações por prezar pela organização dos meios de produção, circulação, distribuição e consumo. Se por um lado temos essa preocupação com a forma que se estrutura essa “classe média”, do outro temos uma utopia que remete a classe dominante, servindo assim, de distração para os problemas encontrados no que diz respeito ao capital-trabalho.

Essas forças geram, de modo geral, uma divisão entre a classe capitalista e proletária, uma vez que vai ocorrer um processo de divisão do trabalho pautado nas características particulares de cada indivíduo. Paralelamente a isso, as classes distintas de consumo passam a visar uma demanda de caráter variável e contínua (Corrêa, 2002), gerando fragmento espaciais, articulados vertical e/ou horizontalmente, que se realizam de maneira heterogênea, com marcante entrelaçamento com as desigualdades sociais vigentes.

Retomando a discussão de Harvey, as três forças seriam as responsáveis por dividir a sociedade em classes que, de acordo com Corrêa (2013):

(...) são contraditórias, algumas levando a um antagonismo de configurações sociais, enquanto outras criam diferenciações sociais favoráveis à reprodução da complexa sociedade capitalista. E na medida em que essas forças atuam intensamente e por longo período de tempo, geram uma marcante fragmentação social, ao mesmo tempo que se verifica crescente concentração espacial de população e atividades, isto é, o crescimento das grandes cidades. (Corrêa, 2013, p.42).

Essa dinâmica é também evidente para o caso de Manaus, que se constitui em um importante centro industrial no Brasil, que, principalmente a partir da década de 1970, experimenta uma acentuada concentração crescente das atividades e da população. Contudo, conforme ressalta o trecho acima, essa concentração está associada à urbanização que gera espaços fragmentados.

PENSANDO A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM MANAUS

A segregação socioespacial em Manaus se evidencia de maneira mais intensa a partir da intervenção urbanística no período da Belle Époque, no final do século XIX, durante o Governo de Eduardo Ribeiro, quando se buscava o “embelezamento” do espaço urbano, visando implementar infraestruturas que remetesse a uma cidade “civilizada”. Com isso, algumas normas foram redigidas, sendo criados os chamados “códigos de postura”, por meio dos quais se padronizou o comportamento dos moradores da cidade de Manaus, bem como os estilos de vestimentas até os materiais aceitáveis para construção de residências na área central da cidade. Entre eles, estão o código de postura de 1872 e de 1875, onde havia ditada a proibição de construção de moradias com materiais precários como palha, sendo aplicadas punições como multas e prisões aos que os descumprissem, sobretudo na parte central do aglomerado (MESQUITA, 2005).

Com o avanço das obras de urbanismo e as exigências habitacionais, os moradores dessas áreas centrais de Manaus foram se realocando para locais mais distantes, ocupando o que hoje abrange “[...] os bairros de Aparecida, Educandos, São Raimundo, Cachoeirinha, São Geraldo e Chapada” (MESQUITA, 2005, p. 412).



O segundo período de expansão de localidades ocupadas pela população mais pobre, foram as concentrações de moradias às margens de igarapés que gradualmente se intensificaram na década de 1920. Essa dinâmica se deu frente ao aumento da demanda habitacional na cidade de Manaus, datada da época da crise da borracha, sendo o fragmento mais conhecido a “Cidade Flutuante”, onde residiam pessoas migrantes dos seringais. Oliveira (2003) menciona que esses flutuantes começaram a ser retirados em 1965, ressaltando a ideia de “limpeza” do espaço fluvial que banha a área da frente da cidade, distanciando essa classe social mais pobres da sociedade dessa porção da orla.

A expressão da segregação entrou em destaque novamente com a implantação da Zona Franca de Manaus, em 1967, o que gerou uma intensa migração de pessoas para a cidade, aumentando a demanda de moradias. A partir do ano de 1970, novas áreas de ocupação surgiram em Manaus em que, segundo Nogueira *et al* (2007), essas áreas estendiam-se pelas atuais zonas Sul, Centro-Sul, Oeste e Centro-Oeste da cidade.

Entretanto, nos anos 90, alguns bairros consolidaram-se na extensão onde atualmente se delimita a zona Leste, tendo sido ocupada no início com um prévio planejamento de terrenos pelo Estado para população pobre que foi se estabelecendo, no decorrer dos anos, sem o planejamento estatal. Essa se diferencia da Zona Norte no processo de planejamento urbanístico estatal, visto que o segundo caso iniciou pela construção de conjuntos habitacionais para servidores públicos nos anos 80, de acordo com Lima (2005).

A implementação de urbanismo precarizado estatal dá início a formalização de reconhecimento da existência desses assentamentos. No decorrer dos anos, esses locais vão se organizando internamente e se constituindo como bairros, com uma infraestrutura básica, porém, com considerável conteúdo técnico de precariedade.

Nos anos 2000, o crescimento urbano em Manaus teve um aumento significativo na Zona Norte da cidade, onde houve o surgimento de ocupações irregulares nas proximidades de conjuntos habitacionais já estabelecidos. Sobre isso, Nogueira *et al* (2007) discorre que:

[...] o crescimento do espaço urbano de Manaus, a partir de agora, se concentrará em direção a Zona Norte da cidade. Essa tendência se deve a várias razões, dentre elas podemos afirmar que as zonas Sul, Centro Sul e Centro Oeste estão consolidadas enquanto espaço urbano em toda sua extensão. A zona Leste apesar de possuir uma imensa área ainda não ocupada efetivamente, não dispõe mais de espaços, pois a área que pertence a Superintendência da Zona Franca de Manaus representa aproximadamente 45% do total da Zona Leste. A Zona Oeste que possui a maior área ainda não ocupada é hoje um dos espaços de maior especulação imobiliária para futuros empreendimentos habitacionais de alto custo. (Nogueira *et al.*, 2007, p.5432).

Conforme a afirmação dos autores, essa tendência de crescimento urbano em Manaus previsto para os anos subsequentes, é notória nos dias atuais. Essa organização relatada é possível ser observada a exemplo do que ocorreu com a expansão do então bairro Nova Cidade e que vem ganhando força cada vez mais com as instalações de novas “invasões” em seus arredores.

Outro fator importante a ser ressaltado, são as migrações constantes para a cidade de Manaus que se iniciaram nos anos de 2010 com a chegada dos haitianos que procuraram vir ao Brasil em busca de abrigo, visto que seu país passou por eventos naturais catastróficos. Segundo Costa (2012) do dia 20 de janeiro ao início de fevereiro de 2010, cerca de 1.300 haitianos já se encontravam nos limites da metrópole de Manaus. Com a ausência de políticas públicas voltadas à recepção e organização da chegada desses imigrantes na metrópole, desencadeou-se uma demora na resolução dos problemas advindos com a demanda dessa população, por



exemplo, a busca e necessidade de abrigos, suporte e atendimento médico e até mesmo a procura por escolas, ou seja, não houve uma preocupação em como essa população ia se estabelecer na cidade.

Com relação à questão socioeconômica, inicialmente essa população foi empregada principalmente no setor da construção civil, porém, devido os baixos salários e o atraso no pagamento resultaram na dissolução dessas oportunidades de empregos, conseqüentemente gerando problemas financeiros para essas famílias. Costa (2012, p. 94-95), destaca que “A atitude de aceitação ou de rejeição à oferta de trabalho, não se deve tanto ao tipo de serviço, mas ao valor do salário pago.”

Em 2016 Manaus começou a receber outra grande demanda de imigrantes de nacionalidade venezuelana, que deixaram seu país em virtude de problemas políticos e socioeconômicos. Essa migração em massa, embora tenha recebido uma acolhida por algumas associações de ajuda social, foi tardiamente assistida pelos órgãos competentes do Estado. De acordo com Silva *et al.* (2021), essa assistência foi dada a alguns desses imigrantes pela cidade de Manaus somente em 2019, configurando no agravante quanto às formalidades de documentos e afins, contribuindo com o não acesso a empregos formais e moradia. Vale ressaltar que também houve junto com a chegada da população urbana venezuelana, uma parcela de indígenas venezuelanos. Nesse contexto, o destino desses imigrantes ao chegar na cidade de Manaus foram as ocupações irregulares.

Um dos assentamentos informais que recebeu mais de 100 famílias, majoritariamente venezuelanas, foi a Comunidade Pingo D'água, uma ocupação irregular estabelecida no bairro Jorge Teixeira, que foi desarticulada em virtude do deslizamento de terras ocorrido em janeiro de 2023, que resultou em vítimas fatais (G1, 2023).

Esses condicionantes evidenciaram a crescente demanda por moradia na cidade de Manaus, expondo a segregação socioespacial presente pela ausência de recursos financeiros por parte da parcela da população que segue excluída de áreas adequadas para habitações, sendo assim destinados a lugares adjacentes que não possuem valor para o setor imobiliário, tão pouco infraestruturas básicas.

No que se refere a isso Melo (2020), aponta existir na cidade de Manaus:

[...] claras tendências de segregação, periferização ou adensamento de áreas urbanas já consolidadas da cidade manauara. A produção espacial da cidade de Manaus segue ligada à dinâmica do setor imobiliário habitacional. O processo de apropriação da parcela do solo urbano manauara concretiza a realização da dinâmica de acumulação capitalista mundializada que se faz presente no processo de produção da cidade, [...]. (Melo, 2020, p. 19-20).

Nesse sentido, a partir de 2020, a cidade de Manaus passou a apresentar uma tendência não apenas de crescimento de áreas periféricas, como também da possibilidade de consolidação futura da maioria dessas ocupações à formalidade de bairros, tal dinâmica remete ao que ocorreu na década de 2010, oriunda a partir da insuficiência estatal de produzir habitações que contemplasse as altas demandas por residências.

Portanto, compreender a segregação deve partir da perspectiva espacial e, neste caso, está atrelada a entender também como se estrutura o espaço urbano em vista dos grupos sociais e sua organização. A segregação socioespacial trata-se de um fenômeno complexo e multifacetado que afeta alguns segmentos da sociedade de maneira a marginalizá-los, fato marcante na formação de áreas periféricas na questão da moradia.

A cidade de Manaus, assim como muitas outras, é marcada por uma forte segregação socioespacial. As zonas Norte e Leste de Manaus, por exemplo, são áreas que experimentaram



um rápido crescimento populacional e são conhecidas por sua alta densidade residencial em algumas porções. No entanto, essas áreas também enfrentam desafios significativos, incluindo a falta de infraestrutura e, conseqüentemente, condições de vida precárias.

Além disso, vale destacar que existem periferias próximas de áreas centrais em Manaus que também são afetadas pela segregação socioespacial, para ilustrar a questão, cita-se a comunidade Nova Vitória (bairro Gilberto Mestrinho), localizada nas proximidades do centro da cidade, um enclave de severa pobreza em Manaus. Apesar de sua proximidade com o centro da cidade, os residentes dessa comunidade enfrentam condições de vida difíceis e têm acesso limitado a serviços e oportunidades.

SEGMENTOS MARGINALIZADOS EM MANAUS

Os grupos sociais marginalizados são descritos por Corrêa (2002) como grupos sociais excluídos caracterizados como classe social a qual o destino de morar são os cortiços, estes normalmente se encontram com uma superlotação populacional, locais esses considerados desagradáveis.

A esse contexto destinado às áreas habitadas e segregadas, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2024) alterou o termo que anteriormente denominava-se “*aglomerados subnormais*” para “*favelas e comunidades urbanas*”, definindo-o como:

[...] territórios populares originados das diversas estratégias utilizadas pela população para atender, geralmente de forma autônoma e coletiva, às suas necessidades de moradia e usos associados (comércio, serviços, lazer, cultura, entre outros), diante da insuficiência e inadequação das políticas públicas e investimentos privados dirigidos à garantia do direito à cidade. Em muitos casos, devido à sua origem compartilhada, relações de vizinhança, engajamento comunitário e intenso uso de espaços comuns, constituem identidade e representação comunitária.

Vale ressaltar que essa alteração foi feita a partir da demanda das próprias populações que não tinham identificação com o termo que vinha sendo utilizado desde os anos de 1970. Neste contexto, o IBGE voltou a utilizar uma denominação que já havia sido descontinuada em seus levantamentos e pesquisas. O termo *favela* está ligado ao sentimento de pertencimento e representa a reivindicação da historicidade das lutas das populações incluídas nas mais de 10 mil favelas e comunidades urbanas que, em geral, representam 8% de toda a população do país (IBGE, 2024).

Retornando a discussão, Cardoso (2008) discorre que as *favelas ou similares* são designações dadas aos assentamentos oriundos das ocupações irregulares de terra, tanto públicas quanto privadas, caracterizadas por tipologia “anormal”, onde a urbanização é inferior aos mínimos estabelecidos em lei. Decorrente desta irregularidade em relação à terra, as populações ficam expostas à precarização que, por sua vez, é expressa a partir da falta de infraestrutura e segurança, por exemplo.

Dado esse contexto, deve-se mencionar que embora a zona Leste da cidade de Manaus desde sua gênese remete a uma organização espacial que foi determinada por fatores de exclusão quanto ao urbanismo e, assim, evoluiu a partir de ocupações irregulares, dinâmica essa que perdura até os dias atuais. Em contrapartida, a zona Norte da cidade, remete a uma organização inicial pautada na inserção de uma classe social específica – servidores públicos – e somente a partir do estabelecimento de conjuntos habitacionais os assentamentos irregulares foram se consolidando.

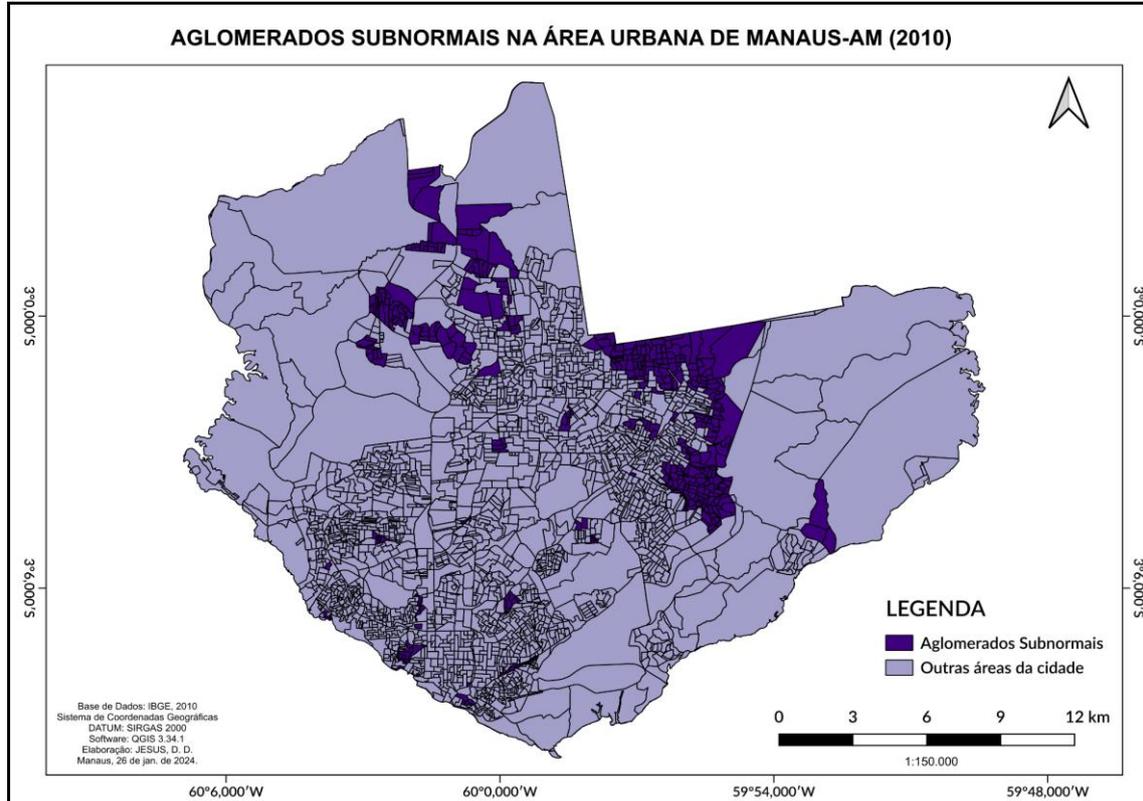
Nesse sentido, é pertinente ressaltar que as ocupações irregulares nos arredores dos conjuntos habitacionais estão relacionadas à busca por infraestrutura, por exemplo, acesso ao transporte público, as unidades básicas de saúde e até mesmo a água, tendo em vista que as ligações são



feitas através dos conhecidos popularmente como “gatos”, igualmente acontece com a energia elétrica, TV e internet. Vale salientar que esse “Gato de água” é o nome popular que as pessoas dão para as ligações clandestinas.

Algumas concentrações na zona Norte e Leste (Figura 1) até os anos de 2010, eram denominadas de conjuntos habitacionais populares, a exemplo, o conjunto Nova Cidade (zona Norte), já na zona Leste as áreas habitáveis eram conhecidas como “*invasões*” como o atual bairro Jorge Teixeira.

Figura 1. Aglomerados subnormais na área urbana de Manaus - 2010



Org. Douglas de Jesus (2024).

Destaca-se que somente a partir da Lei Nº 1401, de 14 de janeiro de 2010, (D.O.M. 14.01.2010 - Nº 2365 Ano XI), essas áreas passaram a ser consideradas como bairros. Nesse contexto, é importante salientar que as áreas que apresentam a ausência de urbanismo, ao longo do anos, recebem a intervenção estatal somente a partir da consolidação de alto crescimento populacional no que diz respeito ao reconhecimento oficial perante a sociedade, o que causa uma alta demanda em serviços básicos à população em caráter urgente, pois agora ela atende aos requisitos para receber tais serviços, tendo uma dinâmica que representa um problema que poderia ter sido sanado ainda na sua gênese, caso houvesse uma gestão estatal voltada ao planejamento e não ao “reparo de danos” após a consolidação dessas comunidades.

Os topônimos dos grupos sociais marginalizados mudam conforme as condições e características sociais em que as ocupações se consolidam. As interpretações desses grupos são denominadas pelos moradores dessas áreas, que embora haja algumas diferenças, como ocupações em morros, encostas, vales, as margens de pequenos rios, essas localidades possuem um valor abaixo do setor imobiliário, sendo produto de busca de inúmeras famílias.



No contexto brasileiro, é possível identificar topônimos diferentes que sugerem as mesmas demandas espaciais ocupadas pela população empobrecida, uma delas é o topônimo *favela*, o que Filho (2011) contextualiza destacando a possibilidade de que essas áreas se originaram no início da colonização portuguesa no Brasil, portanto, os seus registros com essa denominação são relacionados a historicidade da cidade do Rio de Janeiro.

A utilização de um novo termo remetente a essas ocupações é destacada por Rodrigues (2001, p.43) como *ocupações irregulares*, essas, por sua vez, são denominadas conforme a sua forma de se fixar em uma área, por exemplo, “[...] um certo número de famílias procura juntamente uma área para instalar-se”, enquanto que para o termo *favela* a autora caracteriza como “[...] uma ocupação individual e cotidiana [...]”.

As áreas ocupadas irregularmente, evidentemente não possuem documentação legal de compra, conseqüentemente não acessam as infraestruturas básicas. Ao longo dos anos, com a expansão territorial e a inserção de serviços, comércios e empresas, por exemplo, essas ocupações passam a ser mais passíveis de reconhecimento – do Estado – frente a proporção populacional que se encontra residente, assim, passam a receber infraestrutura mesmo que de forma mais tímida. Por isso, é válido ressaltar que ainda perdura a tendência de que a maioria dessas ocupações se tornem bairros, haja vista o crescimento populacional acelerado.

Diferentemente dos nomes dados a essas ocupações nos Estados do Rio de Janeiro e em São Paulo, a cidade de Manaus, situada no Estado do Amazonas, Região Norte do Brasil, tem suas próprias denominações. Contudo, a palavra *favela* é um termo que a população da classe trabalhadora ao proferi-la no sentido de auto proclamação de sua existência, está relacionada à luta por moradia.

A metrópole Manaus, em seu contexto histórico, tem a ocupação da população pobre com assentamentos estabelecidos sobre flutuantes as margens da cidade, antes de se expandir para o sentido interior da cidade Manaus, e provenientes das instalações sob as águas que percorria a frente da cidade até o igarapé (Terminologia regional que se refere a pequenos rios) do Educandos, no início do século XX. Além disso, Oliveira (2003) destaca que o surgimento dessa ocupação se deu pelas precariedades do modo de vida e a ausência de moradia, sendo denominada como *Cidade flutuante*.

Como supracitado, historicamente, as moradias que se caracterizam como habitações precárias estiveram, em sua maioria, nas proximidades dos cursos d’água. Por isso, anterior à denominação de *cidade flutuante*, essas habitações correspondiam às chamadas “palafitas”. As palafitas eram o tipo de moradia mais comum e se caracterizavam por ser alicerçadas sob pilotis, em áreas suscetíveis ao alagamento e sem as mínimas condições de infraestrutura. Essas habitações, segundo Maciel (2016, p. 262), são construídas em terrenos impróprios e não pertencem efetivamente a quem ergue tais moradias. Estas ocupações em palafitas são encontradas em áreas de encostas, nas áreas inundáveis e nas nascentes dos igarapés.

As ocupações desse gênero remetem ao século XX, oriundas da ausência de políticas públicas habitacionais para atender os diferentes grupos sociais. Dessa maneira, constituiu-se uma produção do espaço em locais que apresentam diferentes fragilidades socioeconômicas, que viabilizaram a constituição dessas novas espacialidades que fazem parte da historicidade da organização espacial de segmentos marginalizados da cidade de Manaus.

A Cidade Flutuante iniciou-se, segundo Souza (2010), com uma pequena aglomeração de moradias de madeira sem uma organização socioespacial definida, se distribuindo de forma dispersa no ano de 1920. Contudo, o termo *Cidade Flutuante* foi reconhecido somente após a Segunda Guerra Mundial (1945), com o adensamento populacional, comercial e moradias flutuantes, chegando a ter mais de duas mil casas que, por sua vez, eram invisibilizadas pelo Estado. O autor ainda destaca que essas áreas receberam uma “atenção” da formalidade estatal quando a partir dos anos de 1960 houve



procura por parte de algumas secretarias em prol de pesquisas estatística que objetivavam quantificar as moradias e residentes de flutuantes em Manaus.

Figura 2. Moradias precárias. a) Cidade flutuante; b) moradias sob palafitas.



Fonte: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2019/10/24/da-cidade-flutuante-as-palafitas-o-meio-seculo-que-narra-a-urbanizacao-fluvial-em-manaus.ghtml>, acesso em 26 de janeiro de 2024

Contudo, após a desarticulação total da Cidade Flutuante em 1967, a população que residia nessa área foi em busca de novos lugares para se estabelecer, de acordo com Heimbecker (2015) os moradores que possuíam algum recurso financeiro que permitisse se estabelecer em um conjunto habitacional, sendo considerado que essas habitações eram destinadas a classe média de Manaus, foram transferidos para os conjuntos residenciais de Flores e Raiz, porém a maioria da população dos flutuantes foram alocadas em conjuntos residenciais com infraestruturas inacabadas em uma tentativa do governo local em sanar as demandas de moradia, o que não foi suficiente. Nesse contexto, essas populações “[...] ocuparam outros espaços da cidade, estigmatizados e socialmente marginalizados, de modo recorrente, associados à imagem de “favelas”.” (HEIMBECKER, 2015, p.13).

Em Manaus as terminologias usadas frequentemente para ocupações irregulares são invasões. Entretanto a população residente de ocupações irregulares se denomina como “comunidade”, o que expressa uma relação oriunda de um sentimento comunitário que se estabelece durante o processo inicial dos assentamentos, levado pela forma de auxílio que os próprios moradores cultivam entre si, por exemplo, a cooperação na construção das casas. No entanto, ao passar dos anos e com avanço da expansão territorial dessas localidades, ocorre uma mudança no estilo de vida comunitária que antes fazia parte dos seus habitantes, e que neste novo cenário é moldada a partir de uma nova adaptação social construída e vivida pelos indivíduos que fizeram parte do processo de ocupação dessas áreas.

Um exemplo a ser destacado é a Comunidade Deus Proverá (figura 03), que se originou em meados de 2022, oriunda da segunda parte da Comunidade Buriti, uma das diversas ocupações irregulares localizadas no bairro Nova Cidade, na Zona Norte da cidade, que, com o avanço da expansão territorial, segundo os próprios moradores, ocasionou a desarticulação da continuidade como pertencente ao topônimo e a topologia da comunidade de origem.

Observou-se, *in loco*, a presença de muitas instituições religiosas, o que pode ter influenciado o nome dado à comunidade. Além disso, foi possível notar a ausência de urbanismo e de qualquer outra infraestrutura básica, destaca-se que a área possui terrenos íngremes, e os resíduos sólidos e lixo diários produzidos pelos moradores, que por não haver serviços de coleta, em sua maioria são queimados. As estruturas das casas encontradas na Comunidade Deus Proverá são majoritariamente construídas com materiais não resistentes como lonas e compensado, embora tenha sido observado que haviam algumas casas sendo construídas de alvenaria.



Figura 3. Comunidade Deus proverá, localizada no bairro Nova Cidade.



Org. a autoria (2024).

Nesse sentido, é importante salientar as diferentes interpretações presentes no contexto amazônico, onde os grupos sociais excluídos são caracterizados na área urbana por se estabelecerem em áreas rejeitadas pelo setor imobiliário, e se iniciam próximos a conjuntos habitacionais e ou bairros já instituídos, muitas ocupações se propagam também às margens de igarapés urbanos (Topônimo regional referindo-se a pequenos rios que cortam a cidade). Destaca-se que os nomes dados pelos moradores normalmente possuem uma influência seja pela presença de frutos e/ou plantações regionais em abundância no local, ou pela influência religiosa, como o caso da comunidade destacada (Figura 3).

Destaca-se a presença de outras ocupações irregulares nas demais zonas da cidade, a exemplo da Comunidade Coliseu, que surgiu em meados de 2011 e está localizada na Zona Leste da cidade, no bairro Jorge Teixeira e da Comunidade Cidade das Luzes, Zona Oeste da cidade, no bairro Tarumã, sendo esta caracterizada pelo processo de uma ação de reintegração de posse que ocorreu em 2015 (A CRÍTICA, 2016), porém voltou a ser ocupada no ano seguinte.

No que se refere às Zonas Centro Oeste e Sul da Metrópole Manaus, é importante frisar que a presença dos grupos marginalizados estabelecidos em ocupações irregulares é quantitativamente inferior às demais Zonas, visto que as ações de reintegração de posse são efetivadas assiduamente quando esses assentamentos são identificados.

A situação socioeconômica dos segmentos marginalizados não alcança a base financeira suficiente para manter as necessidades básicas como alimentação, normalmente essas necessidades são supridas de recursos obtidos a partir de trabalhos avulsos, onde não há um salário fixo e as diárias vão depender de cada serviço, ou seja, não há nenhum padrão, tão pouco garantia referente ao tempo de trabalho. É possível que em um mês, por exemplo, tenha um serviço de 10 ou 15 dias, mas no outro, não haja nenhuma demanda.

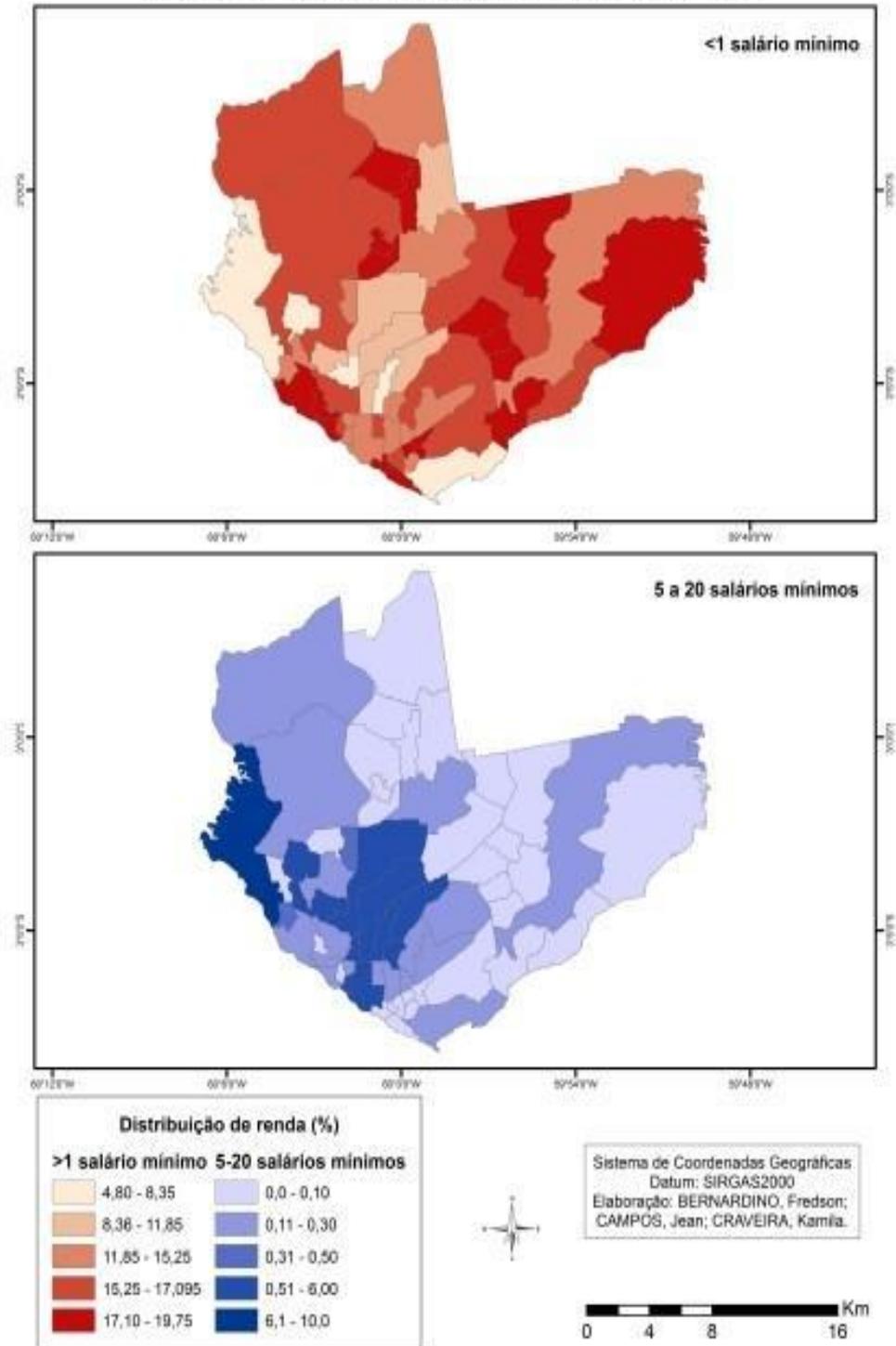
Destaca-se também que os valores são baixos por se tratarem de um trabalho autônomo, além de não existir qualquer tipo de benefício que assegure as mínimas condições de segurança e saúde.



As áreas que esses grupos estão estabelecidos são notáveis na figura 04, a partir da distribuição de renda por bairro, identificados por receberem o equivalente a um salário mínimo ou menos.

Figura 4. Mapa de renda de bairros de Manaus.

Manaus: Distribuição de renda por bairro (2010)



Fonte: Silva *et al.* (2021).



Como já identificado no trabalho de Silva *et al.* (2021), a distribuição da renda urbana no que concerne à parte urbana da cidade de Manaus é expressa a partir da população com renda inferior a um salário mínimo, que está centrada perto da área urbana, sobretudo na zona Leste. Ressalta-se, ainda, a divisão bem expressa quanto à organização socioespacial na cidade de Manaus, de como as características socioeconômicas de determinada população a designa como pertencente ou não de um espaço com amenidades. Soma-se a isto a interferência de fatores que modelam o espaço urbano, como no caso o Estado, através da valorização ou não de áreas, apostando na implementação de urbanismo bem estruturado

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, as ocupações irregulares são resultantes de processos de expansão urbana acelerada que foram influenciadas pela urbanização tardia e a ausência estatal quanto às políticas de habitações que não foram eficazes diante das demandas crescentes de busca por habitação. Como consequência, desencadeou-se também um processo desigual no que se refere à dinâmica de acesso à moradia, onde uma parcela da população determina a obtenção de residências pelas características de posses econômicas, estimulando assim o aumento de segregação socioespacial para a sociedade.

Em uma escala regional, destaca-se que o crescimento da cidade de Manaus perpassou por várias fases que revelaram características de segregação socioespacial, seja no período da Belle Époque, das Cidades Flutuantes, com a implementação da Zona Franca de Manaus ou até mesmo no cenário que envolve as dinâmicas atuais, com enfoque para a porção norte.

É importante mencionar que essa porção já teve um momento destaque nos anos 80, a partir das políticas que envolviam a construção de conjuntos habitacionais que ainda hoje apresenta-se de forma contínua e acelerada, mas agora pautada na busca por acessibilidade às infraestruturas já estabelecidas em conjuntos habitacionais. Nesse sentido, algumas breves considerações sobre as perspectivas em Manaus referem-se, sobretudo, à zona Norte da cidade que possui tendências de uma contínua expansão em marcha, como já identificado durante o desenvolvimento deste trabalho, e que apresenta tendência de se manter nas próximas décadas.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Instituição de fomento FAPEAM pela bolsa de mestrado das duas autoras. Agradecemos ao mestrando Douglas Damasceno de Jesus pela elaboração do material cartográfico.

REFERÊNCIAS

ALEAM. Comunidade Coliseu é palco de Audiência Pública Itinerante da deputada Joana Darc. Disponível em: <<https://www.aleam.gov.br/comunidade-coliseu-e-palco-de-audiencia-publica-itinerante-da-deputada-joana-darc/>>. Acesso em: 19 abr. 2024

BECKER, B. K. Surtos de crescimento de Manaus. Espaço Aberto. 2013. p. 19-44.

CARDOSO, A. L. ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS NO BRASIL: DISCUTINDO CONCEITOS. Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades, [S. l.], n. 230, p. 25–39, 2008. DOI: 10.25247/2447-861X.2008.n230.p25 - 39. Disponível em: <<https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/102>>. Acesso em: 12 mar. 2024.

CASTELLS, M.. A questão urbana. Tradução de Arlene Caetano. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 590 p.

EDIÇÃO ESPECIAL:

Dossiê Amazônia, mudanças e realidades contemporâneas



PÁGINA 217

CORRÊA, R. L. O espaço urbano. Editora Ática. São Paulo. 4 Ed. 2002.

CORRÊA, R. L. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: Org. VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. A cidade contemporânea : segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 39-61.

COSTA, G. A. Haitianos em Manaus. Dois anos de migração - e agora! TRAVESSIA - Revista do Migrante. 2012. p. 91-98. Disponível em: <https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/article/download/259/235> , acesso em: 31 de janeiro de 2024.

FILHO, A. P. de Q. Sobre as origens da Favela. Mercator. Fortaleza, 2011. 33-48p.

HARVEY, David. 1975. Class structure in a capitalist society and the theory of residential differentiation. In: Processes in physical and human geography, London: Heinemann Educational. Bristol essays. 1975. p. 354-69.

HEIMBECKER, V. P. C. A promoção estatal da moradia em Manaus: os conjuntos habitacionais de Flôres e da Raiz e o desmanche da cidade flutuante em 1967. XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis-SC. 2015. p.1-16. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1442426939_ARQUIVO_ARTIGO_VLIA.pdf , acesso em 02 de fevereiro de 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Favelas e Comunidades urbanas. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-favelas-e-comunidades-urbanas.html?edicao=38944&t=o-que-e> , acesso em 24 de janeiro de 2024.

JORNAL G1 AM. Conheça a comunidade Pingo D'Água, onde deslizamento de terra causou 8 mortes em Manaus. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2023/03/14/conheca-a-comunidade-pingo-dagua-onde-deslizamento-de-terra-causou-8-mortes-em-manaus.ghtml> , acesso em 31 de janeiro de 2024.

LEI ORDINÁRIA 1401 2010 de Manaus AM. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/am/m/manaus/lei-ordinaria/2010/141/1401/lei-ordinaria-n-1401-2010-dispoe-sobre-a-criacao-e-a-divisao-dos-bairros-da-cidade-de-manau-com-estabelecimento-de-novos-limites-e-da-outras-providencias> , acesso em 30 de janeiro de 2024.

LIMA, M. C. de .O ir e vir urbano: Uma análise sobre o transporte coletivo em Manaus entre 1980 e 2000. Dissertação. Universidade Federal do Amazonas. Manaus. 2005. 164p.

MACIEL, F. B. Assentamentos precários: O caso de Manaus. In: MORAIS, M. da P; KRAUSE, C. ; NETO, V. C. L. Caracterização e tipologia de assentamentos precários : estudos de caso brasileiros. Brasília : Ipea, 2016. 249-306.

MELO, F. M. A valorização do capital e a produção do espaço urbano. A produção imobiliária habitacional do segmento econômico em Manaus (AM). Dissertação. Universidade Federal do Amazonas. Manaus. 2020. 147p.

MESQUITA, O. M. de. Manaus: história e arquitetura (1669-1915). Manaus: Editora Valer, 2019.

MESQUITA, O. M. La Belle Vitrine. O mito do progresso na refundação da cidade de Manaus - 1890/1900. Tese . Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2005. 439p.

NOGUEIRA, A. C. F.; SANSON, F; PESSOA, K. A expansão urbana e demográfica da cidade de Manaus e seus impactos ambientais. Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil, 2007, INPE, p. 5427-5434.

OLIVEIRA, J. A.. Manaus de 1920-1967. A cidade doce e dura em excesso. Manaus: Editora Valer. Governo do Estado do Amazonas. Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2003. 176p.

PEREIRA, W. R. Entre o passado e a “modernidade” : Uso e ressignificação do espaço público Praça Dom Pedro II-Manaus/Am. Dissertação. Universidade Federal do Amazonas. Manaus. 2019. 117p.

PORTAL ACRÍTICA.COM. Lotes de terra da invasão ‘Cidade das Luzes’ são comercializados irregularmente. Disponível em: <https://www.acritica.com/manaus/lotes-de-terra-da-invas-o-cidade-das-luzes-s-o-comercializados-irregularmente-1.172172> , acesso em 19 de abril de 2024.



RAMOS, A. A.; Lima, M. C. de. Segregação e diferenciação socioespacial na metrópole Manaus: Moradias próximas a igarapés. In: Org. Nogueira, R. J B.; LIMA, M. C.; CRUZ, M. J. M. Dimensões espaciais de política do urbano e do agrário na Amazônia. Embu das Artes SP: Alexa Cultural. Manaus Am: EDUA, 2021. 103-126p.

RODRIGUES, A. M.. Moradia nas cidades brasileiras habitação e especulação, o direito à moradia, os movimentos populares. Editora: Contexto. São Paulo, 2001.

SANTOS, M. O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução: Myrna T. Rego Viana. 2ªed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton. Por uma geografia nova. São Paulo: Hucitec, 1978.

SILVA, F. B. A. da; CRAVEIRA, K. de O.; SCHOR, T. Topologia das Agências Bancárias da Região Metropolitana de Manaus. GEOGRAFIA (Londrina). 2022. p. 137–155. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/43275> , acesso em: 26 jan. 2024.

SILVA, S. T.; PAULINO, C. R.; MENEZES, A. V. S. de. A presença venezuelana em Manaus/AM e as estratégias de sobrevivência frente à pandemia de Covid-19. TRAVESSIA - Revista do Migrante. 2021. p. 81-100. Disponível em : <https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/article/view/991> , acesso em 02 de fevereiro de 2024.

SOUZA, L. J. B.A “Cidade Flutuante” de Manaus: rediscutindo conceitos. Aedos Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS. 2010. p. 148-165. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/download/12507/9171/54361> , acesso em 02 de fevereiro de 2024.

SOUZA, M. L. de. Fobópole; O medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

